



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

02/10/2016



INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. CONVÊNIOS.....	1
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	2
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. CONVÊNIOS.....	3 - 5
3.2. DESEMBARGADOR.....	6
3.3. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	7
4. JORNAL O QUARTO PODER	
4.1. CONVÊNIOS.....	8
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. DECISÕES.....	9
5.2. INFORMATIVO.....	10
5.3. JUÍZES.....	11
5.4. PRESIDÊNCIA.....	12

Juízes do Gabinete de Segurança Institucional das Eleições 2016 participam de ato público em São Domingos

Os juízes Reginaldo Cordeiro e Karla Jeane Matos de Carvalho, auxiliares da Presidência e Corregedoria do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, respectivamente, participam nesta segunda-feira, às 14h, representando o Gabinete de Segurança Institucional das Eleições 2016, de ato público em solidariedade ao juiz Clênio Lima Corrêa no Fórum da cidade de São Domingos.

A presença de ambos

reitera o compromisso da Justiça Eleitoral em garantir a segurança não só de magistrados assim como de eleitores, servidores, mesários e todas as demais pessoas que colaboram para que as eleições ocorram com tranquilidade.

Desde o mês de maio, os desembargadores Lourival Serejo e Raimundo Barros, presidente e corregedor do TRE-MA, se reúnem com representantes dos Ministérios Pú-

blico Federal e Estadual, Polícias Federal, Militar, Civil, Corpo de Bombeiros, Rodoviária Federal, Exército e Diretoria de Segurança do TJMA, para, juntos, traçarem, enquanto Gabinete de Segurança Institucional das Eleições, estratégias, funcionando como centro de controle, orientação e decisão para subsidiar ações necessárias ao bom andamento do pleito antes, durante e depois.

O magistrado Clênio

Lima Corrêa foi vítima de atentado na última terça-feira (20), quando a sua residência foi alvejada por balas de arma de fogo e o ato público, de acordo com a Associação dos Magistrados do Maranhão, “além de hipotecar solidariedade ao juiz, tem por objetivo demonstrar a unidade da magistratura maranhense no tocante ao combate à criminalidade, inclusive àquela praticada sob o manto de disputas eleitorais”.

Envolvidos em ataques a ônibus serão encaminhados para presídios nacionais

A polícia confirmou o envolvimento de 35 detentos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas com os ataques contra ônibus e prédios públicos na capital, na quinta-feira (29). Destes, 23 foram identificados como líderes de grupos criminosos e serão enviados a presídios federais. A medida foi confirmada pelo secretário de Estado de Segurança Pública (SSP-MA), Jefferson Portela, durante coletiva à imprensa, na tarde de sexta-feira (30). “Iniciamos essa operação ‘pente fino’ para retirar qualquer tipo de ilícito de dentro das unidades e reforçamos o policiamento em todas as unidades prisionais do sistema para evitar fugas, motins ou rebeliões neste período eleitoral. Não vai prevalecer ato violento que venha a dar alguma ordem ao cidadão maranhense. A polícia está com sua força nas ruas para impedir esses criminosos”, enfatizou o titular da SSP-MA.

Portela afirmou que a motivação dos criminosos para os ataques foi prejudicar o processo eleitoral e acrescentou que a declaração foi confirmada pelas próprias mulheres durante a manifestação que tentou interditar a Avenida Beira Mar. “Foi comprovado, ainda, que esses criminosos determinaram a ordem de ataque para integrantes dos grupos aqui fora. Todos foram criminalmente responsabilizados. E o importante é que, considerando a gravidade dos atos cometidos e as reiteradas práticas criminosas, o Poder



Polícia confirmou o envolvimento de 35 detentos de Pedrinhas

Judiciário deferiu a solicitação da Segurança e vamos transferi-los para presídios federais”, enfatizou o secretário de Segurança.

Os detentos foram autuados por organização criminosa e deprecação de patrimônio público. Todos ficarão em regime de isolamento até que a transferência seja realizada para Catanduva, Mossoró e Acre, onde cumprirão pena em regime isolado. O Ministério da Justiça já disponibilizou um avião para o transporte dos presos. Os demais, que permanecem nos presídios da capital, ficarão sob monitoramento irrestrito. O secretário Jefferson

Portela destacou que as vagas no sistema federal foram garantidas após reunião entre o governador Flávio Dino e chefes da Justiça – Ministério da Justiça, Superior Tribunal Federal e Tribunal de Justiça do Maranhão. O Ministério da Justiça comunicará à SSP-MA a data para envio dos criminosos.

Durante a coletiva, Portela anunciou ainda que as operações nas ruas, iniciadas imediatamente após os ataques, continuam e serão intensificadas até a próxima segunda (3), para garantir a segurança do processo eleitoral. Os ônibus permanecem com escolta policial dentro e

também fora dos coletivos; e os bairros onde ocorreram casos e locais de votação terão prioridade no deslocamento da segurança. Em apoio à Polícia Militar, Civil e Corpo de Bombeiros, está ainda a Guarda Municipal. Serão 170 policiais que farão monitoramento nos Terminais de Integração, durante 24 horas.

A operação continua para dar cumprimento a outros mandados de prisão já autorizados pela Justiça. “Temos que nos manter vigilantes e coibir os ataques aos ônibus e ao patrimônio público, além de dar garantia ao cidadão de ir cumprir o seu papel no dia da eleição”, disse Portela.

VIOLÊNCIA

Para coibir crimes eleitorais no estado

Para assegurar a ordem pública e garantir eleições limpas, a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP) do Maranhão organizou a Operação 'Eleições 2016', executada há dois meses por meio de força-tarefa entre as Polícias Civil e Militar, com apoio do Exército Brasileiro, e a serviço da Justiça Eleitoral. Para isso, foram definidas estratégias que envolvem o serviço de inteligência e o policiamento ostensivo nos municípios maranhenses.

Em cumprimento à lei federal, fica a cargo da Polícia Militar o policiamento ostensivo durante o período eleitoral, visando manutenção da ordem pública e o livre exercício do voto. Desta forma, o efetivo é orientado a impedir a manifestação de qualquer tipo de crime, dentre eles os crimes eleitorais, em apoio à Justiça Eleitoral.

Desta forma, os co-

O que diz a Lei

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 144, inciso 5, determina que a segurança pública, enquanto dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, deve ser exercida para preservar a ordem pública e a integridade das pessoas e do patrimônio, ficando a cargo da Polícia Militar o policiamento ostensivo. No âmbito eleitoral, a PM tem como objetivo assegurar o livre exercício do voto e apoiar a Justiça Eleitoral na realização das eleições com tranquilidade e segurança, de forma ética e democrática.

Operação 'Eleições 2016'

A A Operação 'Eleições 2016' já percorreu várias cidades, como Bacabal, Matinha, Bom Lugar, Coroatá, Presidente Dutra, Governador Alexandre Costa, São Domingos do Maranhão e Colinas, em atuação preventiva e coercitiva, apurando denúncias de compra de votos, pistolagem e agiotagem. Além do efetivo policial escalado para a operação, participam ativamente das ações o secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela; o delegado-geral da Polícia Civil, Lawrence Melo; e o comandante-geral da PM, coronel Frederico Pereira. O trabalho transcorre, ainda, em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TER-MA), Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) e Ministério Público (MP-MA).

mandantes da Polícia Militar montaram estratégias de atuação específicas para cada município, mas que de forma geral, consistem na presença de policiais nas proximidades das zonas eleitorais, patrulhamento de bairros e povoado e abordagem de suspeitos para investigação das denúncias de fraudes no processo eleitoral.

O apoio da Polícia Civil do Exército Brasileiro reforça as operações conduzidas pela polícia, na execução de patrulhas mistas. As patrulhas ocorrem com policiais a pé, montados e em viatura e motocicletas. Haverá, ainda, presença de policiamento em pontos estratégicos para abordagem de pessoas e veículos para coibir crimes de compra de votos e 'boca de urna'. "A Polícia Militar, a Polícia Civil e a Justiça Eleitoral estão atuando em conjunto para coibir o máximo de crimes eleitorais que nós pudermos", ressaltou o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Frederico Pereira.

Serviço de inteligência

Em outra frente da Operação 'Eleições 2016', as forças policiais montaram um serviço de inteligência, com agentes infiltrados em várias cidades maranhenses, principalmente naquelas com maior ocorrência de denúncias de compra de votos, pistolagem e agiotagem. O trabalho investigativo auxilia na apuração de denúncias e desmonte de fraudes e crimes eleitorais. Desde que foi iniciada, a operação já apreendeu ar-

mas de fogo ilegais, malotes de dinheiro para compra de votos e suspeitos de pistolagem. "A nossa atuação é constante e intensa, pois esperamos que, no dia das eleições, essas pessoas não tenham vez. Para isso, temos tropas especiais atuando nas regiões mais conflitantes, tropas bem treinadas e equipadas, com condições de rechaçar qualquer tipo de ameaça que possa existir contra o cidadão", frisou o coronel Pereira.

Região metropolitana

Na região metropolitana, o esquema de segurança será semelhante, com policiamento próximo às zonas eleitorais, patrulhas nos bairros da zona urbana e rural, barreiras policiais em ruas e avenidas estratégicas, para abordagem a veículos e coletivos. A segurança do transporte público continuará a ser realizada por meio de escolta policial aos ônibus e presença de agentes nos pontos finais, garantindo a integridade dos usuários.

Segundo coronel Perei-

ra, o envio de policiais militares da Grande Ilha para cidades do interior ocorre sem prejuízo à população local, pois o que houve foi um revezamento das forças policiais, para garantir que a fiscalização do processo eleitoral seja desempenhada de forma isenta em todo o estado. "Esse revezamento de comandantes, oficiais e praças entre as cidades durante o pleito eleitoral é importante e necessário, aumentando a isenção das ações", afirmou.

FOTOS DIVULGAÇÃO



A professora Amanda Thomé, a reitora Ceres Murad, o desembargador federal Ney Bello e as diretoras do Grupo Dom Bosco, Isabella Rodrigues e Rebeca Murad

Compartilhando conhecimento

A UNDB promoveu, na última semana, um dos maiores eventos jurídicos do ano - a palestra "Princípios Constitucionais do Processo", proferida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki. Centenas de autoridades da comunidade jurídica, advogados, professores e alunos atraídos pela relevância do tema e importância do ministro lotaram os salões do Hotel Luzeiros. Zavascki ganhou bastante notoriedade pública nos últimos tempos por ser relator da Operação Lava-Jato, maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve. O ministro é Doutor em Direito Processual Civil e também leciona na faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



O ministro acompanhado dos alunos do curso de Direito, Ítalo Lima e Perez Paz



O ministro Teori Zavascki é recepcionado pelos anfitriões do evento, a reitora da UNDB, Ceres Murad, a presidente do Conselho do Grupo Dom Bosco, Elizabeth Rodrigues, e o diretor do curso de Direito, desembargador federal Ney Bello



Rebeca Murad, diretora-geral de Gestão da UNDB, e Isabella Rodrigues, diretora-geral Educacional



Os desembargadores João Santana, Ricardo Duailibe e o presidente do TRE/MA, Lourival Serejo



Lei dos 30min gratuitos é suspensão por juiz

Lei municipal que dava direito a 30 minutos de tolerância nos estacionamentos privados de São Luís é suspensa pelo juiz Cídero Dias Filho, titular da 4ª Vara da Fazenda Pública do Maranhão. “Conforme entendimento pacificado na jurisprudência nacional, é flagrante a inconstitucionalidade de lei, municipal ou estadual, que trate de preços, tempo mínimo de permanência gratuita e assuntos afins, relacionados a estacionamentos privados...”, despachou. O magistrado determinou que o município abstenha-se de aplicar sanções à empresa Multipark, responsável pelos serviços de estacionamento do Shopping Rio Anil, sob pena de multa de R\$ 20 mil.

Eleições 2016

Inteligência e policiamento ostensivo coíbem crimes eleitorais

Para assegurar a ordem pública e garantir eleições limpas, a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP) do Maranhão organizou a Operação 'Eleições 2016', executada há dois meses por meio de força-tarefa entre as Polícias Civil e Militar, com apoio do Exército Brasileiro, e a serviço da Justiça Eleitoral. Para isso, foram definidas estratégias que envolvem o serviço de inteligência e o policiamento ostensivo nos municípios maranhenses.

Em cumprimento à lei federal, fica a cargo da Polícia Militar o policiamento ostensivo durante o período eleitoral, visando a manutenção da ordem pública e o livre exercício do voto. Desta forma, o efetivo é orientado a impedir a manifestação de qualquer tipo de crime, dentre eles os crimes eleitorais, em apoio à Justiça Eleitoral.

Desta forma, os comandantes da Polícia Militar montaram estratégias de atuação específicas para cada município, mas que, de forma geral, consistem na presença de policiais nas proximidades das zonas eleitorais, patrulhamento de bairros e povoados, abordagem de suspeitos e investigação das denúncias de fraudes no processo eleitoral.

O apoio da Polícia Civil e do Exército Brasileiro reforça as operações conduzidas pela polícia, na execução de patrulhas mistas. As patrulhas ocorrem com policiais a pé, montados e em viaturas e motocicletas. Haverá, ainda, presença de policiamento em pontos estratégicos, para



abordagem de pessoas e veículos para coibir os crimes de compra de votos e 'boca de urna'.

"A Polícia Militar, a Polícia Civil e a Justiça Eleitoral estão atuando em conjunto para coibir o máximo de crimes eleitorais que nós pudermos", ressaltou o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Frederico Pereira.

Serviço de inteligência

Em outra frente da Operação 'Eleições 2016', as forças policiais montaram um serviço de inteligência, com agentes infiltrados em várias cidades maranhenses, principalmente naquelas com maior ocorrência de denúncias de compra de votos, pistolagem e agiotagem. O trabalho investigativo auxilia na apuração de denúncias e desmonte de fraudes e crimes eleitorais. Desde que foi iniciada, a operação já apreendeu armas de fogo ilegais, malotes de dinheiro para compra de votos e suspeitos de pistolagem.

"A nossa atuação é constante e intensa, pois esperamos que, no dia das eleições, essas pessoas não tenham vez. Para isso, te-

mos tropas especiais atuando nas regiões mais conflitantes, tropas bem treinadas e equipadas, com condições de rechaçar qualquer tipo de ameaça que possa existir contra o cidadão", frisou o coronel Pereira.

Região Metropolitana

Na Região Metropolitana, o esquema de segurança será semelhante, com policiamento próximo às zonas eleitorais, patrulhas nos bairros da zona urbana e rural, barreiras policiais em ruas e avenidas estratégicas, para abordagem a veículos e coletivos. A segurança do transporte público continuará a ser realizada por meio de escolta policial aos ônibus e presença de agentes nos pontos finais, garantindo a integridade dos usuários.

Segundo coronel Pereira, o envio de policiais militares da Grande Ilha para cidades do interior ocorre sem prejuízo à população local, pois o que houve foi um revezamento das forças policiais, para garantir que a fiscalização do processo eleitoral seja desempenhada de forma isenta em todo o estado. "Esse revezamento de comandantes, oficial

e praças entre as cidades durante o pleito eleitoral é importante e necessário, aumentando a isenção das ações", afirmou.

O que diz a Lei

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 144, inciso 5, determina que a segurança pública, enquanto dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, deve ser exercida para preservar a ordem pública e a integridade das pessoas e do patrimônio, ficando a cargo da Polícia Militar o policiamento ostensivo.

No âmbito eleitoral, a PM tem como objetivo assegurar o livre exercício do voto e apoiar a Justiça Eleitoral na realização das eleições com tranquilidade e segurança, de forma ética e democrática.

Operação 'Eleições 2016'

A Operação 'Eleições 2016' já percorreu várias cidades, como Bacabal, Matinha, Bom Lugar, Coroatá, Presidente Dutra, Governador Alexandre Costa, São Domingos do Maranhão e Colinas, em atuação preventiva e coercitiva, apurando denúncias de compra de votos, pistolagem e agiotagem.

Além do efetivo policial escalado para a operação, participam ativamente das ações o secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela; o delegado-geral da Polícia Civil, Lawrence Melo; e o comandante-geral da PM, coronel Frederico Pereira. O trabalho transcorre, ainda, em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TER-MA), Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) e Ministério Público (MP-MA).

- Mais um: desembargadores da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão rejeitaram, por unanimidade, recurso de apelação criminal contra sentença que condenou o ex-prefeito de Sucupira do Norte, Benedito Sá de Santana, a 11 anos de prisão.
- O prefeito teve suas contas rejeitadas por várias irregularidades, incluindo desvios de recursos públicos, dispensa de licitações fora das regras previstas na legislação

- Quando será que chega pelas bandas daqui essa operação da PF contra Desembargadores do TJCE que estariam vendendo decisões em plantões judiciais???! Rapaz, o que tem de magistrado soltando traficante perigoso e voltando prefeito afastado por lá é uma 'festa'!!! E ainda tem aqueles que, com uma 'canetada' só, derrubam a decisão colegiada de outros três colegas!!!

- A juíza Rosária de Fátima Almeida Duarte foi empossada pelo desembargador Cleones Cunha na Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, do Termo Judiciário de São Luís, de entrância final.
- Substitui o juiz Néelson Melo de Moraes Rêgo, que passa a atuar na Auditoria da Justiça Militar na capital, segundo permuta aprovada em sessão plenária administrativa do TJ.

Presidente do TJMA participa do 108º Encontro do Conselho dos Tribunais

Divulgação

O presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, participou, em Manaus (AM), do 108º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça (CTJ), onde foram discutidas questões relacionadas à prestação dos serviços jurisdicionais, para o alinhamento de posições sobre temas de interesse comum dos tribunais, com vistas ao aperfeiçoamento das gestões nas Cortes estaduais.

O evento começou na sexta-feira, às 8h30, no zoológico do Tropical Hotel, com uma cerimônia simbólica de compensação pela emissão de carbono, com o plantio de mudas de Ipê Amarelo, Samaumeira, Andiroba e Pau-Brasil, numa ação do projeto TJAM+Verde, que incentiva a reflexão sobre a questão ambiental, apoiando iniciativas que ajudem a promover a ideia de sustentabilidade.

Após a cerimônia, foi feita a abertura dos trabalhos com a palestra “Padronização dos índices de atualização monetária no Poder Judiciário”, proferida pelo conselheiro José Norberto Lopes Campelo, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Outro palestrante do Encontro foi o conselheiro do CNJ, Carlos Eduardo Oliveira Dias, que fez uma abordagem sobre a “Resolução 219 do CNJ”, que normatiza a distribuição dos



O desembargador Cleones Cunha participou dos debates realizados durante o Encontro

servidores nos órgãos do Poder Judiciário.

Nas discussões sobre assuntos internos, foram abordados temas como a análise do Estatuto do Conselho dos Tribunais de Justiça; os resultados da transformação digital na Justiça brasileira; as perspectivas da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 159 – novo regime especial de precatórios, entre outros temas.

Os benefícios gerados pela utilização de novas tecnologias no Poder Judiciário mereceu destaque nos debates durante a abordagem sobre o tema “Transformação digital na Justiça brasileira”. Na ocasião, foram destacados os impactos gerados, nos últimos 15 anos, pela implementação de ferramentas tecnológicas no Judiciário brasileiro, para garantir celeridade processual.

Avaliando experiências da gestão tecnológica em uso em alguns Estados brasileiros, a rodada de debates destacou ainda a otimização dos recursos humanos no Poder Judiciário, o peticionamento eletrônico, juntada digital, a possibilidade de gravação de audiências, a execução fiscal eletrônica, a integração com outros órgãos, entre outros assuntos de interesse do Poder Judiciário.